

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2024**

Município de Capão Bonito do Sul/RS

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Edital de Pregão Presencial **nº 23/2024**

Tipo de julgamento: menor taxa de administração podendo ser negativa

Modo de disputa: **aberto**

**Processo nº 143/2024**

Data Início do Cadastro de Propostas e documentos: **08/10/2024 - 8h**

Data Final do Cadastro de Propostas e documentos: **21/11/2024 – 7h59min**

**Data Abertura: 21/11/2024 - 8h**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES COMBUSTÍVEIS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL/RS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma presencial, do tipo maior desconto sobre a taxa de administração, tendo por objetivo **a contratação de empresa para o fornecimento e administração de cartões combustíveis**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A sessão do pregão presencial será realizada no seguinte endereço: **Avenida Ataliba José de Lima, nº 10, Centro, no dia 20 de NOVEMBRO de 2024, às 09h**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

**Pregão Presencial regulamentado pela LF nº 14.133, art. 17 § 2º.**

O orçamento da Administração é **ABERTO.**

**1. DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento e administração de cartões combustíveis, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo V):

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unid** | **Quant** | **Valor médio taxa de administração** | **Valor médio de custo de emissão dos cartões** |
| 01 | Fornecimento e administração de cartão combustível | 1 | 15 | -2% | R$ 0,00 |

**1.1.** A entrega dos cartões deverá ser feita na Secretaria da Saúde de Capão Bonito do Sul, em 10 (dez) dias a partir da assinatura do contrato.

**2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**2.1**. A licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL/RS**

**EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2024**

**ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA**

**PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**-----------------------------------------------------------------**

**AO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL/RS**

**EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2024**

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**

**PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**2.2 DA PROPOSTA**

O envelope n.º 02 deverá conter:

**a)** Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando a taxa de administração dos cartões, podendo ser negativa;

**b)** Indicação do percentual da taxa de administração, caso cobrada para a execução dos serviços objeto desta licitação, incidente sobre o valor da fatura mensal relativa aos cartões-combustíveis fornecidos no período, podendo ocorrer a indicação de taxa de administração negativa;

**c)** Plano para a execução dos serviços objeto da licitação, compreendendo toda a sistemática a ser adotada, desde a distribuição inicial dos vales-combustíveis até o seu resgate junto aos estabelecimentos comerciais credenciados ou filiados à proponente, com especificação do prazo para entregas regulares dos vales e eventuais entregas extraordinárias, a contar das respectivas encomendas ou pedidos;

**d)** Relação dos estabelecimentos comerciais filiados à empresa, na praça de Lagoa Vermelha, Capão Bonito do Sul, Passo Fundo e Porto Alegre.

**3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**3.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

**3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.3.** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**a)** se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**b)** se representada por procurador, deverá apresentar:

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá o envelope nº 01 - Proposta e o envelope nº 02 - Documentação.

**4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento da interessada, que deverá comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame, além de declarar:

**a)** Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

**b)** Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**c)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**d)** Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**e)** Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**f)** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**g)** Que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

**h)** Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

**5. PROPOSTA**

**5.1.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**5.2.** Os licitantes deverão apresentar suas propostas, observando as diretrizes do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

**6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá apresentar, dentro do envelope nº 02, os seguintes documentos:

**6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

**b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

**d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**b)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Capão Bonito do Sul/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

**c)** prova de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**d)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**6.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**a)** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

**7. VEDAÇÕES**

**7.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm), concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**7.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES**

**8.1.** Esta licitação é do tipo menor taxa de administração, sendo admitida taxa negativa.

**8.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.3.** Serão desclassificadas as propostas que:

**a)** contiverem vícios insanáveis;

**b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.4.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**8.5.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**8.6.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**8.7.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**8.7.1.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado desempate na forma de sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**8.7.2.** Os licitantes poderão oferecer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**8.7.3.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 (sessenta) segundos para apresentar nova proposta.

**8.7.4.** O intervalo mínimo de diferença de **valores entre os lances será de 0,01%**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**8.7.5.** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**8.7.6.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**8.8.** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.9.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**9.1.** Encerrada etapa de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 4.3, alíneas “d” e “e” deste Edital;

**9.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**9.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

**9.1.4.** O disposto no item 9.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

**9.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**e)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm)

**10. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

**10.1.** Serão aceitas as propostas cuja taxa de administração seja negativa -0,00% do valor estimado pelo Município.

**10.2.** Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com taxa de administração superestimada ou inexequível.

**11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 4.3, alínea “h”, deste Edital.

**11.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**11.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Encerrada a etapa de propostas, os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.2.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.3.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.4.** O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.3, alíneas “d” e “e”, deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.5.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 11.1 para o envio da documentação de habilitação.

**12.6.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.7.** A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do Poder Público.

**12.8.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

**13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

**a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

**b)** julgamento das propostas;

**c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

**d)** anulação ou revogação da licitação.

**13.2.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.3.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 12.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

**a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.5.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.6.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**15.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

**15.7.** Além das demais obrigações decorrentes da previsão deste instrumento convocatório e do contrato firmado, o contratado tem o compromisso de manter os convênios apresentados como condição para assinatura do contrato ou substituí-los, no prazo de 05 (cinco) dias, por outros de igual porte, quando da extinção dos termos, mantida a quantidade de estabelecimentos comerciais indicadas no item 12.1.

**16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU CONTRATO**

**16.1.** O termo inicial de vigência do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, respeitados os limites dispostos nos arts. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da Nota Fiscal/Fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social.

**17.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão, a fim de liberação do documento fiscal para pagamento.

**17.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

**17.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-e do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**17.5.** A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

**(259)** 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros

**18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.**O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)

**18.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste edital as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**18.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**18.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente Edital.

**18.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**18.6.** A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**18.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**18.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 17.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**18.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**18.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**18.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**b)** pagamento da multa;

**c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**18.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 17.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**19.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail: **compras@capaobonitodosul.rs.gov.br**.

**19.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: [**www.capaobonitodosul.rs.gov.br**](http://www.capaobonitodosul.rs.gov.br).

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**20.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**20.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**20.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**20.4.** Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

**20.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**Capão Bonito do Sul/RS, 04 de outubro de 2024.**

**Felippe Junior Rieth**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**PROPOSTA**

**PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2024**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO DO SUL/RS**

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA

**(PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE)**

Razão Social

CNPJ

Endereço

Telefone/Fax/e-mail

Nome do Signatário (para assinatura do contrato)

Estado civil do Signatário

Identidade do Signatário

Nacionalidade do Signatário

CPF do Signatário

Endereço do Signatário

Valor em R$ com duas casas (R$ 0,01)

Assinatura do representante legal

**1.** Apresentamos para a licitação em epígrafe, esclarecendo que esta proposta atende a todos os requisitos contidos na descrição dos serviços licitados, a seguinte proposta:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unid** | **Quant** | **Valor médio taxa de administração** | **Valor médio de custo de emissão dos cartões** |
| 01 | Fornecimento e administração de cartão combustível | 1 | 15 |  |  |

**2.** Os cartões serão entregues na Secretaria de Saúde do município de Capão Bonito do Sul/RS.

**3.** Concordamos com todos os termos do edital de licitação.

**4.** Esta proposta tem validade pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(local), (data).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal da empresa

**ANEXO II**

**MODELO - DECLARAÇÃO CONJUNTA**

Ao

Município de Capão Bonito do Sul/RS,

**Pregão Presencial n° XX/2024 – Contratação de empresa para o fornecimento e administração de cartões combustíveis.**

DECLARO para os devidos fins e sob as penalidades da Lei, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em virtude do disposto no item **4.3** deste edital:

**a)** Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

**b)** Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**c)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**d)** Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**e)** No ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**f)** Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**g)** Atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

E, por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2024.

Razão Social:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

**ANEXO III**

|  |
| --- |
| **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA -DFD** |

|  |  |
| --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE** | |
| **UNIDADE REQUISITANTE** | SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| **RESPONSÁVEL PELA DEMANDA**  **(SOLICITANTE) COM MATRÍCULA** | THAIS DE OLIVEIRA ROMAN RIETH |
| **NOME DO RECEBEDOR DA DEMANDA** | REBECCA MEDEIROS REINALDET |
| **NOME DO SECRETÁRIO RECEBEDOR DA DEMANDA** | THAIS DE OLIVEIRA ROMAN RIETH |
| **E-MAIL** | saude@capaobonitodosul.rs.gov.br |
| **TELEFONE** | 54 3698.4196 |

|  |
| --- |
| **1. ESTÁ PREVISTO NO PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO DA UNIDADE? (Indicar documento comprobatório)** |
| SIM 6.30 SERVIÇOS JURÍDICA |
| **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO.** |
| **PRIORIDADE DA DEMANDA:**  **( ) URGENTE ( x ) NÃO URGENTE** |
| **JUSTIFICATIVA DA PRIORIDADE:**  A contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível é essencial devido ao grande número de viagens realizadas pela equipe de saúde, que frequentemente precisa percorrer longas distâncias. Atualmente, contamos com apenas um posto licitado para abastecimento, localizado no município. Devido à sua localização e ao horário de funcionamento, muitas vezes é necessário abastecer em outros postos. |
| **3. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS.** |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | | ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | | 01 | CARTÃO COMBUSTÍVEL – COM SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL | 15 | |
| **4. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO DOS ITENS**.  15/09/2024 |
| INDICAR SE O SERVIÇO É CONTINUO OU NÃO.  ( X ) SERVIÇO CONTÍNUIO ( ) SERVIÇO NÃO CONTÍNUO |
| **5. INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.** |

**DFD FINALIZADO EM: 15/07/2024**

**ASSINATURA DO ELABORADOR/SOLICITANTE DA DEMANDA**

**Análise da Autoridade Competente: (Secretários ou Prefeito)**

**( ) Indefiro a demanda**

**( x ) Defiro a demanda**

**Passo ao setor administrativo desta Secretaria para que providencie a cotação e pesquisas de preços em sites públicos juntamente com o Estudo Técnico Preliminar e, posteriormente, confeccione o Termo de Referência para encaminhar ao Setor de Compras e Licitações juntamente com demais documentos.**

**Carimbo e assinatura**

**Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social**

**ANEXO IV**

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

# CARTÃO COMBUSTÍVEL

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – (Obrigatório)**

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Art. 7°, inciso I da IN 40/2020 e inciso I do § 1° do art. 18 DA LEI 14.133).

A contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível é essencial devido ao grande número de viagens realizadas pela equipe de saúde, que frequentemente precisa percorrer longas distâncias. Atualmente, contamos com apenas um posto licitado para abastecimento, localizado no município. Devido à sua localização e ao horário de funcionamento, muitas vezes é necessário abastecer em outros postos. Para garantir que a equipe tenha acesso ao abastecimento fora do município e possa realizar suas atividades sem interrupções, a contratação desse serviço se faz indispensável.

**2 - ALINHAMENTO COM PAC (OPCIONAL JUSTIFICAR)**

**Fundamentação:** Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 DA LEI 14.133).

6.2 Combustíveis (gasolina) e 6.3 Combustíveis (diesel)

**3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (OPCIONAL JUSTIFICAR)**

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1° do art. 18 DA LEI 14.133)

3.1. Requisitos Legais e Regulatórios

3.1.1. Habilitação jurídica e licenciamento

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) A empresa deve estar devidamente registrada e licenciada para operar no setor de administração de cartões-combustível.

3.1.2 Regularidade Fiscal

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.2. Requisitos Técnicos

3.2.1 Cartão-combustível

O cartão-combustível é um meio de pagamento específico para a aquisição de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, etc.) em uma rede de postos de abastecimento conveniados. Ele visa substituir o uso de dinheiro em espécie ou outros meios de pagamento tradicionais, proporcionando maior controle, segurança e eficiência na gestão de despesas com combustíveis.

3.2.1.1 Características Técnicas

a) Físicas: PVC ou outro material durável e resistente ao desgaste com dimensões padrão ISO/IEC 7810 ID-1 (85.60 mm × 53.98 mm);

b) Identificação: Número único de identificação do cartão. Nome da instituição (Secretaria de Saúde do município de Capão Bonito do Sul). Nome do portador autorizado, se aplicável, e data de validade;

c) Elementos de Segurança: Banda magnética e/ou chip com criptografia. Código de segurança (CVV) para transações seguras.

3.2.1.2. Características funcionais

a) Autenticação segura através de uso de senha (PIN), e vínculo com o condutor do veículo, através da solicitação de matricula. Além da possibilidade de restringir abastecimentos indevidos, com a inclusão de métricas de capacidade do tanque, tempo entre abastecimentos e quilometragens incorretas;

b) Em caso de cartão com chip: Chip EMV para autenticação segura. Possibilidade de transações contactless (NFC) para maior agilidade;

c) Definição de limites de gastos mensais. Restrição de uso para aquisição apenas de combustíveis e lubrificantes.

3.2.2 Rede de Postos Conveniados

A empresa deve possuir uma ampla rede de postos de combustíveis conveniados, garantindo acesso fácil e conveniente para abastecimento em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões (Noroeste, Nordeste e Metropolitana) próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre.

Deve ser garantida a aceitação dos cartões-combustível em postos de bandeiras reconhecidas e de confiança.

a) A rede de postos conveniados no estado, dentro do território das regiões citadas acima deve ser de no mínimo 30 (trinta) estabelecimentos.

3.2.3. Serviço de Suporte e Atendimento ao Cliente

Disponibilização de suporte técnico e atendimento ao cliente, para resolução de problemas e dúvidas dos usuários.

3.3. Requisitos de Segurança e Monitoramento

3.3.1 Segurança das Transações

A empresa deve implementar medidas rigorosas de segurança para proteger as transações realizadas com os cartões-combustível, incluindo criptografia de dados e autenticação de usuários. Implementação de sistemas de prevenção contra fraudes e uso indevido dos cartões.

3.3.2 Transparência e Relatórios

a) Disponibilização mensal, ou mediante solicitação, de relatórios detalhados, com informações sobre data, hora, local, tipo de combustível e quantidade adquirida;

b) Emissão de relatórios periódicos (mensais) detalhando o consumo de combustível por cartão. Os relatórios devem ser enviados por e-mail juntamente com a fatura/boleto mensal em formatos PDF.

3.4. Proposta e pagamento

3.4.1 A proposta financeira deve mencionar

a) O preço global para a execução do serviço objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc);

b) Indicação do percentual da taxa de administração, acaso cobrada para a execução dos serviços objeto desta licitação, incidente sobre o valor da fatura mensal relativa aos cartões-combustível fornecidos no período, podendo ocorrer a indicação de taxa de administração negativa;

c) Plano para a execução dos serviços objeto da licitação, compreendendo toda a sistemática a ser adotada, desde a distribuição inicial dos cartões-combustível até o seu resgate junto aos estabelecimentos comerciais credenciados ou filiados à proponente, com especificação do prazo para entregas regulares dos vales e eventuais entregas extraordinárias, a contar das respectivas encomendas ou pedidos.

d) Relação dos estabelecimentos comerciais filiados à empresa, no estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões (Noroeste, Nordeste e Metropolitana) próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre.

3.4.2 Pagamento

a) O número de veículos na frota da Secretaria da Saúde é de 10 (dez) atualmente, cada cartão deve conter valor unitário de saldo de R$ 1.000,00 (um mil reais);

b) Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões.

**4 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES ACOMPANHADO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE (OBRIGATÓRIO)**

**Objeto**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNID** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT. NECESSÁRIA MÍNIMA** | **QUANT. NECESSÁRIA MÁXIMA** |
| 01 | UN | CARTÃO-COMBUSTÍVEL | 10 | 10 |
| 02 | UN | SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO-COMBUSTÍVEL | 01 | 01 |

**5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (OPCIONAL JUSTIFICAR) – POSSIBILIDADES PARA SANAR DEMANDA.**

Dispensa de Licitação para contratação de empresa privada que atenda aos requisitos.

# 6 – ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO COM PREÇOS UNITÁRIOS E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7°, inciso III da IN 40/2020)

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso VI do § 1° do art. 18 DA LEI 14.133).

**Empresa Onecard – Expertise Soluções Financeiras LTDA (Proposta 18/07/24)**

Cartão Magnético – Gestão de Frota marca Onecard

10 (dez) veículos: valor unitário por veículo R$ 1.000,00 mensais

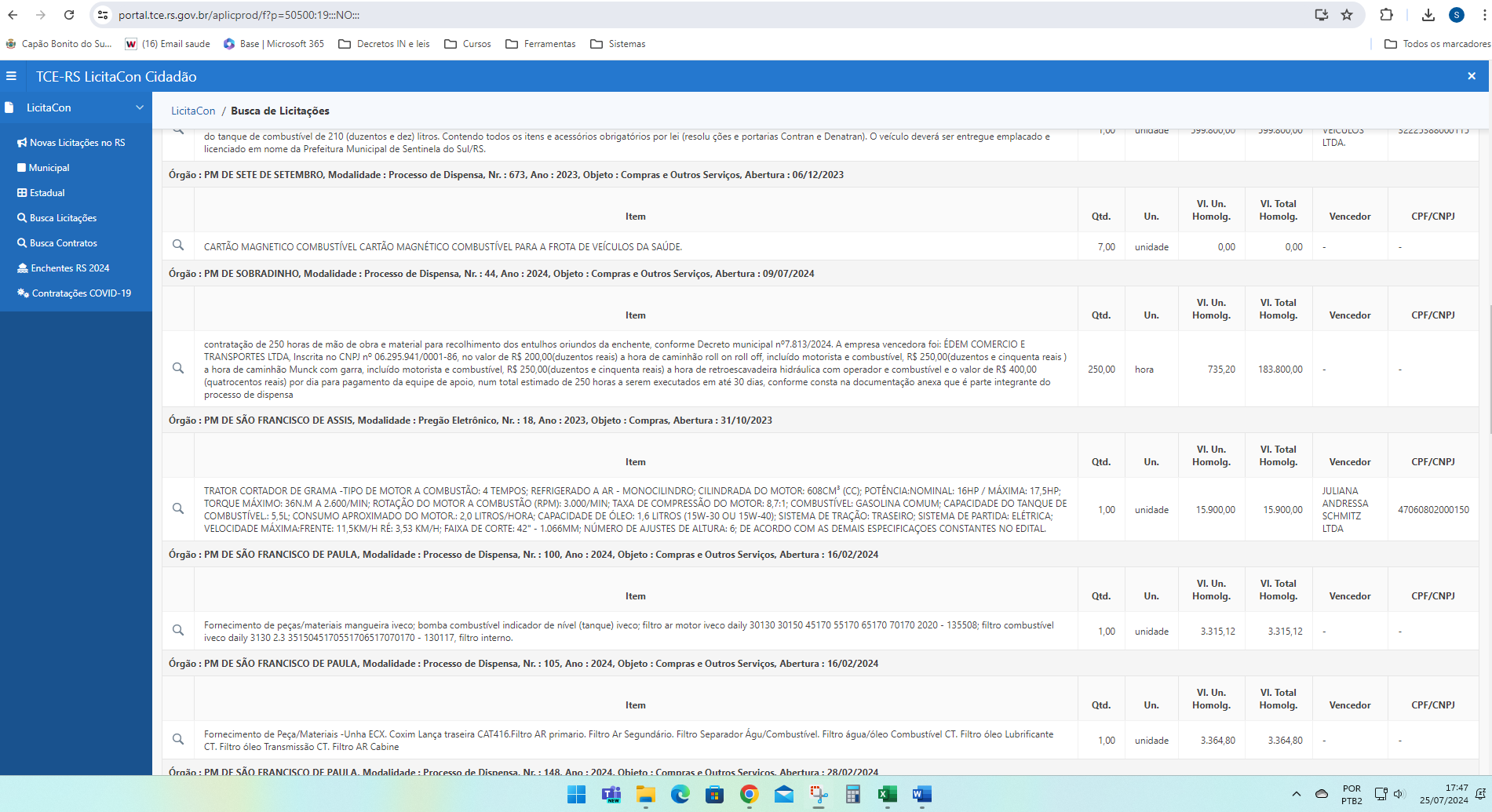
Taxa de administração: - 1,00 % (menos um por cento) a ser cobrado sob total dos valores de abastecimento mensal;

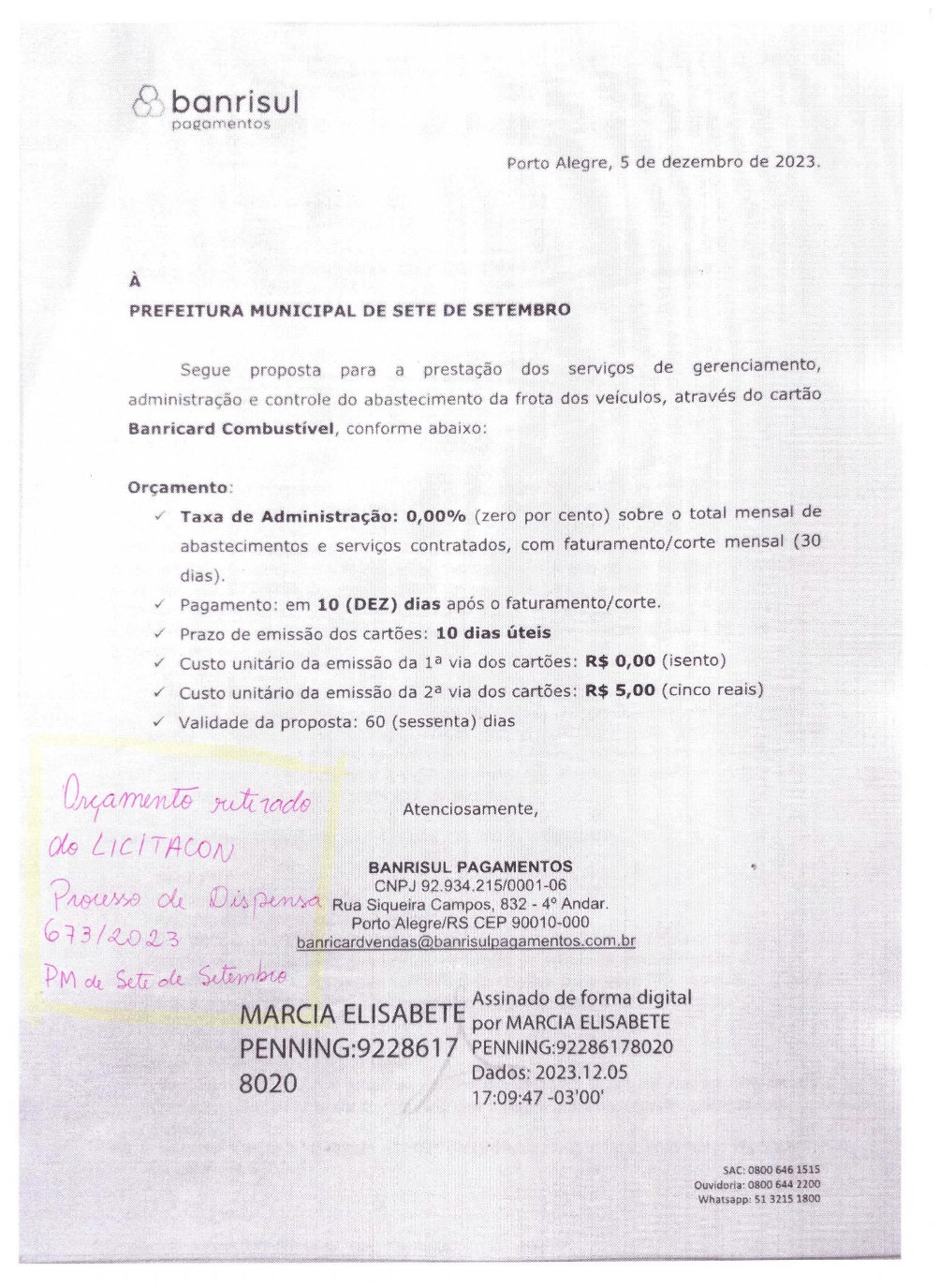
Custo zero na emissão dos cartões

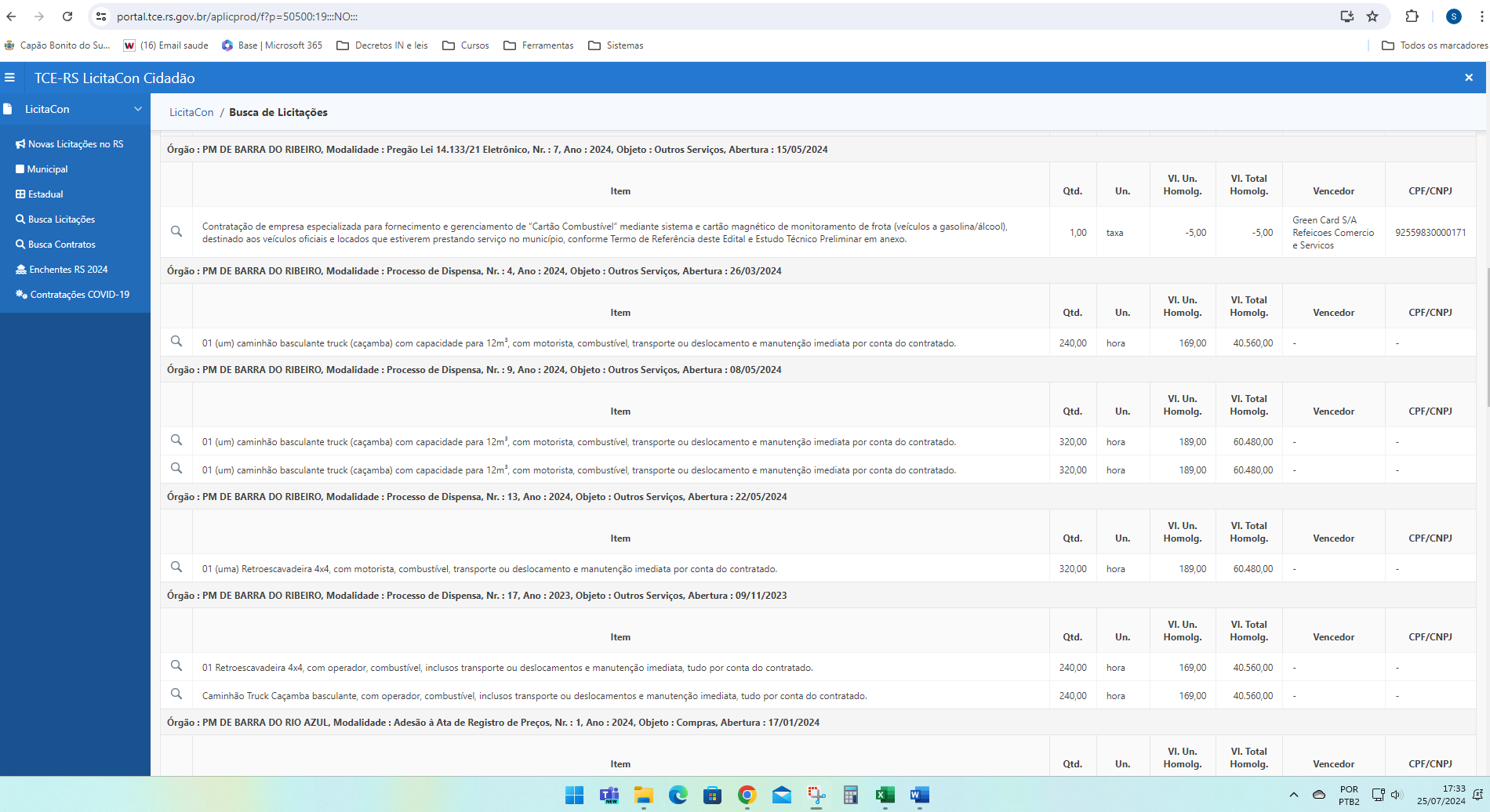
Faturamento/ Corte mensal

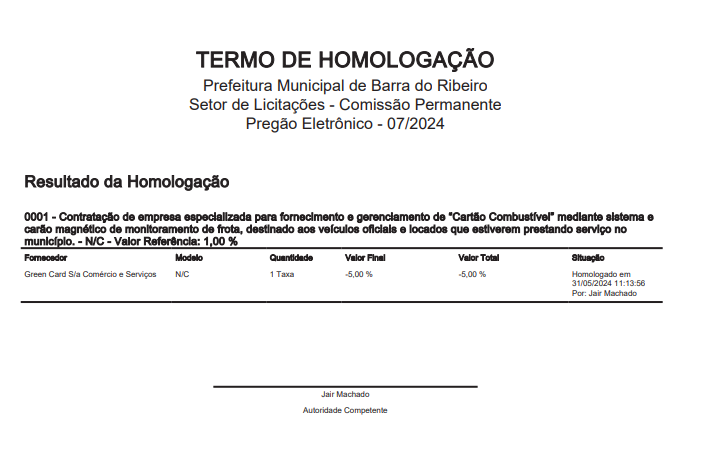
Pagamento por Boleto Bancário.

LICITACON









**MEMÓRIA DE CALCULO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Empresa CNPJ | Objeto | Taxa de administração | Custo de emissão dos cartões | Outros custos |
| Expertise Soluções Financeiras | Cartão Magnético – Gestão de Frota – One Card  10 veículos | - 1,00% | 0 | 0 |
| LICITACON – Banrisul Pagamentos | Cartão Magnético Banricard Combustível | 0,00% | 0 | 0 |
| LICITACON – Green Card | Cartão Magnético Combustível | - 5,00% | 0 | 0 |

# 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (OPCIONAL JUSTIFICAVEL)

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Contratação de uma empresa de administração de cartões-combustível para garantir o acesso contínuo ao abastecimento fora do município e assegurar que a equipe possa realizar suas atividades sem interrupções.

O cartão-combustível servirá como um meio de pagamento específico para a aquisição de combustíveis. Os cartões deverão ser feitos de material durável, e conter elementos de segurança como banda magnética ou chip com criptografia. A autenticação deverá ser realizada por meio de senha (PIN), e deve ser vinculado ao veículo e/ou ao condutor, restringindo o uso para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

A empresa contratada deve possuir uma ampla rede de postos de combustíveis conveniados, garantindo acesso fácil e conveniente para abastecimento em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre. Além disso, deve oferecer suporte técnico e atendimento ao cliente, disponibilizar relatórios detalhados sobre o consumo de combustível e garantir a aceitação dos cartões em postos de bandeiras reconhecidas e de confiança. O município conta com dez veículos na frota da secretaria da saúde, com valor unitário de R$ 1.000,00 por cartão. Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões.

**8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Obrigatório)**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável. (Art. 7°, inciso VII da IN 40/2020 e inciso VIII do § 1° do art. 18 Da Lei 14.133)

Para melhor atender as necessidades do município e garantir a eficiência na gestão dos cartões, propomos que a contratação do serviço seja feita de forma global.

**9 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (OPCIONAL JUSTIFICAR)**

**Fundamentação:** Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7°, inciso X da IN 40/2020)

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133).

Contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível. Os cartões deverão conter elementos de segurança como banda magnética ou chip com criptografia. A autenticação deverá ser realizada por meio de senha (PIN), e deve ser vinculado ao veículo e/ou ao condutor, restringindo o uso para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

A empresa contratada deve possuir uma ampla rede de postos de combustíveis conveniados, garantindo acesso fácil e conveniente para abastecimento em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre, permitindo o acesso contínuo ao abastecimento fora do município e assegurando que a equipe possa realizar suas atividades sem interrupções.

**10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (Opcional Justificar)**

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (Art. 7°, inciso XI da IN 40/2020 e inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133).

Não são necessárias providências prévias ao contrato.

**11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (OPCIONAL JUSTIFICAR)**

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020 e inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133)

Não são necessárias contratações correlatas ou interdependentes anteriores ao contrato.

**12 - DESCRIÇÃO DE POSSIVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (OPCIONAL JUSTIFICAR)**

**Fundamentação:** Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1° do art. 18 da lei 14.133).

12.1. Aumento do Consumo de Combustíveis

- Impacto: A facilidade de acesso a combustíveis através dos cartões pode levar a um aumento no consumo, resultando em maior emissão de gases de efeito estufa e poluição do ar.

- Mitigação: Implementar políticas de uso consciente e limites de consumo mensal. Incentivar a utilização de veículos mais eficientes e em bom estado de conservação.

12.2. Desgaste e Poluição das Estradas

- Impacto: O aumento das viagens pode resultar em maior desgaste das estradas e aumento da poluição local, incluindo resíduos sólidos e derramamento de combustíveis.

- Mitigação: Planejar rotas otimizadas para reduzir a quilometragem total percorrida e incentivar a manutenção regular dos veículos para minimizar vazamentos e emissões.

12.3 Medidas de Mitigação Adicionais

- Educação e Conscientização: Promover programas de educação ambiental para os usuários dos cartões, destacando a importância do consumo consciente e das práticas de direção eficiente.

- Monitoramento e Relatórios: Implementar sistemas de monitoramento e relatórios detalhados para identificar e corrigir padrões de consumo excessivo. Utilizar esses dados para ajustar políticas de uso e promover a sustentabilidade.

**13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A CONTRTAÇÃO (OBRIGATÓRIO)**

**Fundamentação:** Posicionamento **conclusivo** sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133).

Considerando tudo o que foi dito, julgamos que a contratação atende ao interesse público.

**Assinatura do responsável que Ratifica a viabilidade da contratação e seu prosseguimento.**

**ANEXO V**

**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133/2021**

**Município de Capão Bonito do Sul**

**Secretaria Municipal de Saúde**

( ) Processo Licitatório Concorrência (obras e serviços de engenharia)

( x ) Processo Licitatório Pregão

( ) Registro de Preços

( ) Dispensa

( ) Inexigibilidade

( ) Concurso

( ) Diálogo Competitivo

( ) Leilão

**1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Abaixo segue a dotação orçamentária em que deverá ser realizado o Processo Licitatório:

**259 – 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS**

**2. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**2.1. OBJETO**

O presente termo tem por objeto a contratação de empresa parafornecimento e administração de cartões-combustível para os veículos da frota da Secretaria da saúde do município de Capão Bonito do Sul.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Und** | **Quant.** | **Valor médio taxa de administração** | **Valor médio de custo de emissão dos cartões** |
| 01 | FORNECIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO COMBUSTÍVEL | 1 | 10 | - 2 % | R$ 0,00 |

**2.2. NATUREZA**

( ) Bens

( x ) Serviços

( ) Bens e Serviços

**2.3. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Se for Reg. de Preços)**

Não se aplica

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível é essencial devido ao grande número de viagens realizadas pela equipe de saúde, que frequentemente precisa percorrer longas distâncias. Atualmente, contamos com apenas um posto licitado para abastecimento, localizado no município. Devido à sua localização e ao horário de funcionamento, muitas vezes é necessário abastecer em outros postos. Para garantir que a equipe tenha acesso ao abastecimento fora do município e possa realizar suas atividades sem interrupções, a contratação desse serviço se faz indispensável.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível para garantir o acesso contínuo ao abastecimento fora do município e assegurar que a equipe possa realizar suas atividades sem interrupções.

O cartão-combustível servirá como um meio de pagamento específico para a aquisição de combustíveis. Os cartões deverão ser feitos de material durável, e conter elementos de segurança como banda magnética ou chip com criptografia. A autenticação deverá ser realizada por meio de senha (PIN), e deve ser vinculado ao veículo e/ou ao condutor, restringindo o uso para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

A empresa contratada deve possuir uma ampla rede de postos de combustíveis conveniados, garantindo acesso fácil e conveniente para abastecimento em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre. Além disso, deve oferecer suporte técnico e atendimento ao cliente, disponibilizar relatórios detalhados sobre o consumo de combustível e garantir a aceitação dos cartões em postos de bandeiras reconhecidas e de confiança. O município conta com dez veículos na frota da secretaria da saúde, com valor unitário de R$ 1.000,00 por cartão. Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões.

**5. JUSTIFICATIVA DO MÉTODO DE PESQUISA DE PREÇOS APLICADO**

Foi realizada pesquisa em site público e diretamente com fornecedores, de forma a dar base para um valor que esteja em conformidade com o que é aplicado no mercado.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Requisitos Legais e Regulatórios

6.1.1. Habilitação jurídica e licenciamento

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) A empresa deve estar devidamente registrada e licenciada para operar no setor de administração de cartões-combustível.

6.1.2 Regularidade Fiscal

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.2. Requisitos Técnicos

6.2.1. Cartão-combustível

O cartão-combustível é um meio de pagamento específico para a aquisição de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, etc.) em uma rede de postos de abastecimento conveniados. Ele visa substituir o uso de dinheiro em espécie ou outros meios de pagamento tradicionais, proporcionando maior controle, segurança e eficiência na gestão de despesas com combustíveis.

6.2.1.1. Características Técnicas

a) Físicas: PVC ou outro material durável e resistente ao desgaste com dimensões padrão ISO/IEC 7810 ID-1 (85.60 mm × 53.98 mm);

b) Identificação: Número único de identificação do cartão. Nome da instituição (Secretaria de Saúde do município de Capão Bonito do Sul). Nome do portador autorizado, se aplicável, e data de validade;

c) Elementos de Segurança: Banda magnética e/ou chip com criptografia. Código de segurança (CVV) para transações seguras.

6.2.1.2. Características funcionais

a) Autenticação segura através de uso de senha (PIN), e vínculo com o condutor do veículo, através da solicitação de matricula. Além da possibilidade de restringir abastecimentos indevidos, com a inclusão de métricas de capacidade do tanque, tempo entre abastecimentos e quilometragens incorretas;

b) Em caso de cartão com chip: Chip EMV para autenticação segura. Possibilidade de transações contactless (NFC) para maior agilidade;

c) Definição de limites de gastos mensais. Restrição de uso para aquisição apenas de combustíveis e lubrificantes.

6.2.2 Rede de Postos Conveniados

A empresa deve possuir uma ampla rede de postos de combustíveis conveniados, garantindo acesso fácil e conveniente para abastecimento em todo o território do estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões (Noroeste, Nordeste e Metropolitana) próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre.

Deve ser garantida a aceitação dos cartões-combustível em postos de bandeiras reconhecidas e de confiança.

a) A rede de postos conveniados no estado, dentro do trecho, Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre, deve ser de **no mínimo 30** (trinta) estabelecimentos.

6.2.3. Serviço de Suporte e Atendimento ao Cliente

Disponibilização de suporte técnico e atendimento ao cliente, para resolução de problemas e dúvidas dos usuários.

6.3. Requisitos de Segurança e Monitoramento

6.3.1. Segurança das Transações

A empresa deve implementar medidas rigorosas de segurança para proteger as transações realizadas com os cartões-combustível, incluindo criptografia de dados e autenticação de usuários. Implementação de sistemas de prevenção contra fraudes e uso indevido dos cartões.

6.3.2 Transparência e Relatórios

a) Disponibilização mensal, ou mediante solicitação, de relatórios detalhados, com informações sobre data, hora, local, tipo de combustível e quantidade adquirida;

b) Emissão de relatórios periódicos (mensais) detalhando o consumo de combustível por cartão. Os relatórios devem ser enviados por e-mail juntamente com a fatura/boleto mensal em formatos PDF.

6.4. Proposta e pagamento

6.4.1 A proposta financeira deve mencionar

a) O preço global para a execução do serviço objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

b) Indicação do percentual da taxa de administração, acaso cobrada para a execução dos serviços objeto desta licitação, incidente sobre o valor da fatura mensal relativa aos cartões-combustível fornecidos no período, podendo ocorrer a indicação de taxa de administração negativa;

c) Relação dos estabelecimentos comerciais filiados à empresa, no estado do Rio Grande do Sul, principalmente nas regiões (Noroeste, Nordeste e Metropolitana) próximas ao trecho Passo Fundo – Lagoa Vermelha – Porto Alegre.

6.4.2 Pagamento

a) A frota da Secretaria da Saúde é de 10 (dez) veículos, atualmente, cada cartão deve conter valor unitário de saldo de R$ 1.000,00 (um mil reais);

b) Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1 | Gasto integra a programa/ação do PAC **Item:**  6.2 Combustíveis (gasolina) e  6.3 Combustíveis (diesel) | ( x ) Sim | ( ) Não |
| 2 | Data limite para efetuar a contratação ou aquisição: | 01/10/2024 | |
| 3 | Cumprimento de meta prevista na LDO | ( x ) Sim | ( ) Não |
| 4 | Local da entrega: | Secretaria de Saúde  R. Assis Lima, 199 - Capão Bonito do Sul, RS, 95308-000 | |
| 5 | Prazo de entrega: | Entrega dos cartões até 10 dias a partir da assinatura do contrato. | |
| 6 | Periodicidade da entrega | Não se aplica | |
| 7 | Necessária montagem ou instalação | ( ) Sim | ( x ) Não |
| 8 | Responsável pelo preenchimento do **ETP – Estudo Técnico Preliminar** | Nome: Rebecca Medeiros Reinaldet | Matricula: 743/1 |
| 9 | Possibilidade de armazenagem | ( ) Sim | ( x ) Não |
| 10 | Necessidade de assistência técnica | ( x ) Sim | ( ) Não |
| 11 | Garantia de (prazo) | ( ) Sim | ( x ) Não |
| 12 | Fiscal do Contrato – Rebecca Medeiros Reinaldet | | |
| 13 | Gestor do Contrato – Thais de Oliveira Roman Rieth | | |
| 14 | Valor médio do custo total**: R$ 0,00 para emissão dos cartões com taxa de administração de – 2%.** | | |
| 15 | Foi realizado estudo técnico preliminar | ( x ) Sim | ( ) Não |
| 16 | Qual foi a conclusão:  A contratação de uma empresa de fornecimento e administração de cartões-combustível é essencial devido ao grande número de viagens realizadas pela equipe de saúde, que frequentemente precisa percorrer longas distâncias. Atualmente, contamos com apenas um posto licitado para abastecimento, localizado no município. Devido à sua localização e ao horário de funcionamento, muitas vezes é necessário abastecer em outros postos. Para garantir que a equipe tenha acesso ao abastecimento fora do município e possa realizar suas atividades sem interrupções, a contratação desse serviço se faz indispensável.  O estudo técnico preliminar mostrou que a contratação atende ao interesse público. | | |
| 17 | Forma de pagamento (critério de medição e de pagamento) | Pagamento Mensal  Os pagamentos serão efetuados até o 15º dia útil do mês, mediante envio por e-mail da fatura mensal e relatório detalhado de gastos dos cartões. | |
| 18 | Forma de seleção da proposta mais vantajosa (critério de Seleção do fornecedor) | MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | |
| 19 | Estimativa de consumo mensal e anual em anexo  A Secretaria da Saúde conta com 10 (dez) veículos, atualmente, dessa forma, serão necessários dez cartões. Cada cartão deve conter valor unitário de saldo de R$ 1.000,00 (um mil reais) mensais. O consumo é variável. Nos últimos 04 meses o consumo médio mensal foi de R$ 1.017,60. | | |
| 20 | Prazo do Contrato: 12 (doze) meses | | |
| 21 | Possibilidade de Prorrogação do Contrato ( x ) SIM ( ) NÃO | | |
| 22 | Período de Prorrogação: 12 (doze) meses | | |
| 23 | Memória de cálculo do preço médio em anexo | | |
| 24 | Modelo de gestão do contrato:  A empresa contratada deve cumprir com os requisitos legais e regulatórios.  Os cartões-combustível devem ser confeccionados em material durável, contendo identificação única, nome da instituição e do portador autorizado, se aplicável, e elementos de segurança como banda magnética e/ou chip com criptografia. Funcionalmente, oferecer a autenticação segura através de uso de senha (PIN), e vínculo com o condutor do veículo, através da solicitação de matricula. Além da possibilidade de restringir abastecimentos indevidos, com a inclusão de métricas de capacidade do tanque, tempo entre abastecimentos e quilometragens incorretas. Deve definir limites de gastos mensais e restrição de uso para aquisição apenas de combustíveis.  A empresa deve garantir uma rede ampla de postos conveniados, principalmente nas regiões do estado do Rio Grande do Sul, como Noroeste, Nordeste e Metropolitana, com no mínimo 30 estabelecimentos.  A empresa deve disponibilizar relatórios detalhados de consumo de combustível, enviados mensalmente ou sob solicitação, além de suporte técnico e atendimento ao cliente para resolver problemas e esclarecer dúvidas dos usuários. | | |
| 25 | Critério de Medição e Pagamento:  O pagamento será efetuado até o 15º dia útil do mês, mediante recebimento da fatura e relatório detalhado de gastos mensais. O fiscal realizará a verificação e aprovação do pagamento. | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Responsabilidade do Departamento de Compras e Licitações** | | |
| 1 | Validade da CND: | | |
|  | Federal:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ | Estadual:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ | Municipal:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_ |
|  |  |  |  |
| 2 | Consulta CEIS | ( ) Sim | ( ) Não |
| 3 | Quadro comparativo de Preços e Mapa Descritivo | ( ) Sim | ( ) Não |
| 4 | Parecer Contábil | ( ) Sim | ( ) Não |
| 5 | Parecer Jurídico | ( ) Sim | ( ) Não |
| 6 | Publicação | ( ) Sim | ( ) Não |
| 7 | Ratificação | ( ) Sim | ( ) Não |
| 8 | Homologação | ( ) Sim | ( ) Não |
| 9 | Modalidade | ( ) Contrato | ( ) Autorização de Fornecimento |
| 10 | Publicidade Contrato | ( ) Sim | ( ) Não |

Capão Bonito do Sul/RS, 26 de agosto de 2024.

Aprovo o presente Termo de Referência e determino ao Setor de Compras e Licitações a realização dos atos necessários à aquisição/contratação supracitada.

**THAIS DE OLIVEIRA ROMAN RIETH**

**Secretária Municipal de Saúde**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2024**

Por este instrumento, que fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público, com sede física na Avenida Ataliba José de Lima, nº 10, Centro, na cidade de Capão Bonito do Sul/RS, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob nº 04.215.971/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **FELIPPE JUNIOR RIETH**, aqui denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si, como justo e contratado o que segue:

**1ª –** O CONTRATANTE, contrata os serviços da CONTRATADA para prestação dos serviços de administração de cartão combustíveis conforme especificações, anexas deste edital.

**Parágrafo único –** O número aproximado de servidores a serem beneficiados com cartão-combustível é de 10 (dez), no valor unitário atual de R$ XXXX (XXXX reais).

**2ª –** Fica fixada a taxa de \_\_\_%. Em caso de positivo, a mesma deverá ser depositada mensalmente na conta do CONTRATANTE, Banco \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_\_, conta número.

**3ª –** O prazo de vigência do contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Legislação vigente e caso haja interesse das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IPCA-E.

**4ª -** O prazo normal de entrega dos cartões à Administração será de 72h (setenta e duas horas) após a entrega do pedido.

**5ª -** A CONTRATADA assume o compromisso de manter o sistema de segurança e identificação dos combustíveis, bem como garantir a suspensão do recebimento dos mesmos pelos estabelecimentos conveniados dentro das 24h (vinte e quatro horas) seguintes a comunicação do extravio ou furto.

**6ª -** A CONTRATANDA obriga-se a garantir o recebimento dos cartões pelos estabelecimentos conveniados pelo exato valor ali expressado, não admitindo o ágio sobre o valor das mercadorias ou a desvalorização do documento, sob pena de descumprimento do contrato.

**7ª -** A CONTRATADA obriga-se a fornecer trimestralmente a relação atualizada dos estabelecimentos conveniados.

**8ª -** Os pagamentos dos vales serão efetuados até o 15º dia útil do mês.

**Parágrafo único -** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

**9ª –** Será descontado do pagamento a ser efetuado, eventuais impostos devidos ao município ou sob responsabilidade deste.

**10ª –** Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula acordada a empresa CONTRATADA, ficará sujeita as multas e penalidades previstas na Lei de Licitações.

**11ª –** Aplica-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, para dirimir dúvidas porventura advindas do cumprimento do presente contrato.

**12ª –** O presente contrato fica vinculado ao processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº XX/2024.

**13ª –** As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação orçamentária sob os seguintes códigos: \_\_\_\_\_.

**14ª –** Fica designado o Fiscal do Contrato, da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, para realizar o acompanhamento do referido contrato.

**15ª –** As partes elegem o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha/RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

Capão Bonito do Sul, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Contratante

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO VII**

**PLANILHA DE VALORES**